

Desigualdade social e educação: a ausência da perspectiva histórica

Ruth Pavan*

Resumo:

Considerando a dimensão histórica da desigualdade social, o trabalho tem como objetivo analisar a reflexão que as professoras de educação de jovens e adultos fazem a respeito da desigualdade social. O que mais chama a atenção nas explicações das professoras é que elas não fazem nenhuma menção a fatores históricos responsáveis pela desigualdade. A desigualdade aparece como sendo de responsabilidade de cada indivíduo, ou seja, a explicação da desigualdade é marcada pela concepção individualista e meritocrática, estando, portanto, relacionada com uma concepção neoliberal de sociedade, que teve sua entrada na América Latina na década de 1970 e que a partir da década de 1990 se torna cada vez mais evidente.

Palavras-chave: Educação, perspectiva histórica, desigualdade social.

Abstract

Considering the historical dimension of social inequality, the study in hand aims at analysing the reflection which the teachers of young people and adults make regarding social inequality. What also calls the attention in the explanations of the teachers is that they do not make mention of the historical factors responsible for inequality. Inequality appears as being the responsibility of each individual, that is, the explanation of inequality is marked by the individualistic and meritorious concept, being therefore related to a neoliberal conception of society which entered Latin America in the 1970s and which, as of the 1990s, becomes more and more evident.

Key words: Education, historical perspective, social inequality.

No trabalho de pesquisa, embora trabalhasse com a desigualdade, optei por utilizar o termo exclusão como forma de tratar a questão da desigualdade, enfatizando as explicações sobre a pobreza. Num primeiro momento trago uma historicização do entendimento de pobreza. Em seguida apresento a reflexão das professoras pesquisadas acerca da exclusão (utilizo a denominação professoras, no feminino, pois todos os sujeitos da pesquisa eram mulheres). Por fim, contextualizo esta reflexão no sentido de compreender as razões que levam as professoras a explicar a exclusão de uma determinada forma. Destaco que o campo empírico são professoras de Educação de Jovens e Adultos – EJA do Ensino Fundamental. Foram um total de oito professoras entrevistadas e as respostas das professoras não citadas neste texto seguem a mesma lógica das que são citadas.

Iniciamos lembrando com Martins (1997) que “[...] a palavra exclusão nos fala, possivelmente, de um lado, da necessidade prática de uma compreensão nova daquilo que,

* Professora do Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco. Doutora em Educação.

não faz muito, todos chamávamos de pobreza” (p. 28), ou seja, “[...] a palavra nos revela coisas que já estavam lá e não éramos capazes de perceber, coisas que agora somos capazes de perceber” (MARTINS, 1997, p. 28). Assim, trago as formas como a pobreza foi vista ao longo da história, reconhecendo que a pobreza não é a única forma de exclusão; a exclusão é um fenômeno complexo, ainda que por via de regra esteja atravessada pela pobreza.

Para tanto utilizo-me de Escorel (1999), que busca na Reforma Protestante uma espécie de ruptura no conceito de pobreza. É claro que esse não é o único sentido da Reforma, mas é o que nos interessa neste trabalho.

Com a reforma protestante os sofrimentos oriundos da pobreza perderam seus sentidos religioso e de redenção. Ao contrário do catolicismo, que acenava para os pobres com sua primazia na entrada do reino de Deus, a ética protestante considerava a riqueza no mundo terreno um sinal divino e uma obrigação espiritual. Nessa passagem há a perda do valor espiritual superior concedido à pobreza, o qual fazia dela o modo de vida dos bem-aventurados, eleitos ou bons, [...]. (ESCOREL, 1999, p. 33).

Com isso mudou a orientação da forma de caridade da época, e de maneira bastante evidente até os dias atuais. “A noção de pobreza, que inspirava inclusive a criação de ordens mendicantes, foi substituída por outra mais mundana que orientava a caridade segundo a capacidade e aptidão dos homens no trabalho.” (ESCOREL, 1999, p. 33).

Segundo a autora, essa mudança propicia uma classificação entre a população pobre que merece ajuda e a que não merece. Os inválidos e incapazes são merecedores de ajuda, isto é, dignos de caridade e proteção, enquanto aqueles que “preferiam” não trabalhar, sem ter nenhum tipo de doença, não mereciam ajuda de espécie alguma. Vale lembrar que isto já ocorria antes mesmo da Revolução Industrial.

Com o advento da Revolução Industrial e a predominância do modo de produção capitalista, a pobreza começa a ser vista como um castigo. “A pobreza era considerada como um castigo ‘natural’ da preguiça na medida em que existiam necessidades crescentes de mão-de-obra, e a recusa em integrar a força de trabalho explorada extensivamente deveria ser penalizada [...]” (ESCOREL, 1999, p. 34). A preocupação era, sobretudo, de que essas pessoas que tinham preguiça fossem punidas para que servissem de exemplo para toda a população. Nesta época a pobreza apresentava a seguinte característica: “por um lado, o pauperismo e a miserabilidade da classe trabalhadora urbana e, por outro, a configuração do que Marx denominou lumpemproletariado” (ESCOREL, 1999, p. 34). Como sabemos, para Marx e Engels(1989), o lumpemproletariado, por meio da passiva putrefação “[...] dos estratos mais baixos da velha sociedade, pode, aqui e ali, ser arrastado ao movimento por uma

revolução proletária; no entanto, suas condições de existência o predispõem bem mais a se deixar comprar por tramas reacionárias” (p. 76).

Na edição inglesa do Manifesto Comunista, de 1888, o termo “lumpemproletariado” é substituído por “classe perigosa”, “escória social”, mas continua a significar os desempregados, pessoas sem condições de trabalhar, criminosos, vagabundos, subempregados. Com os inúmeros movimentos de trabalhadores, motivados pela condição de miserabilidade da classe e pelo próprio Manifesto Comunista, que via nesta classe a possibilidade revolucionária de construir uma sociedade socialista, já no século XIX, os governos capitalistas foram forçados a oferecer algumas proteções à classe trabalhadora. Conforme Escorel:

As lutas sociais da segunda metade do século XIX na Europa e a organização dos movimentos de trabalhadores promoveram o surgimento no cenário político das questões das condições de vida e de trabalho, pressionando os governos a adotarem legislações protetoras. A pobreza seria superada pela inserção no mundo do trabalho, agora mais cauteloso em sua exploração. As ações públicas de proteção social foram dirigidas especificamente aos trabalhadores inseridos, destinando a assistência social aos comprovadamente inválidos. A evolução posterior, principalmente após a II Guerra Mundial, com a configuração de Estados de Bem Estar Social, sedimentou a passagem de uma concepção de responsabilidade individual da pobreza para uma responsabilidade de caráter coletivo e social (cidadania). (1999, p. 34).

Os que ficavam fora das relações de trabalho predominantes não eram muitos, segundo Escorel (1999), porém os que estavam fora eram “classificados como inválidos, pobres merecedores de uma atenção especial, ou portadores de ‘deficiências’ morais, na medida em que, sendo capazes e tendo possibilidades de trabalhar, ‘não cumpriam com sua obrigação’” (ESCOREL, 1999, p. 34). Ainda segundo a mesma autora, esta forma de ver e lidar com a pobreza foi predominante até a década de 70 do século XX, quando a crise econômica, a acumulação do capital e as transformações da estrutura produtiva colocaram em xeque esta forma de ver a pobreza.

A autora chama a atenção para o fato de que embora haja mudanças na forma de representar a pobreza e “o lugar que ocupa nas hierarquias simbólicas da sociedade, há uma continuidade: é a naturalização da pobreza” (ESCOREL, 1999, p. 37).

Já na década de 1960 e 1980 podemos perceber diferentes denominações para a situação de pobreza: “[...] o agravamento das desigualdades sociais foi denominado de diferentes formas: a marginalidade na América Latina, a *underclass* nos Estados Unidos, até o surgimento da ‘nova pobreza’ e da ‘exclusão social’ na França.” (ESCOREL, 1999, p. 38).

No contexto atual, não só estas diferentes denominações estão presentes, (embora possa se observar uma predominância da denominação de exclusão), mas também as discussões que Escorel (1999) apresenta como tendo sua origem no protestantismo – se os pobres mereciam ou não ajuda – continuam muito fortes, sobretudo por influência estadunidense, como podemos perceber por meio de Kowarick (2003), que sintetiza esta discussão dizendo que se trata de culpar ou não culpar o excluído, afirmando que nos EUA criou-se um pensamento consensual sobre a culpabilização do excluído.

Feita a historicização da pobreza, trago as falas das professoras sobre a exclusão:

[...] mas eu não saberia te explicar por que eles chegaram a esse ponto. Se foi falta de oportunidades... ou não... só sei que eles, eles se auto se excluem, eles mesmos, entendeu? Quando eles chegam aqui eles sentem, eles sentem vergonha de chegar perto da gente. (Prof^a. Mara, grifo meu).

É importante ressaltar que, mesmo que a professora reconheça que não sabe explicar por que eles chegaram a este ponto, **ela sabe** que se auto-excluem. Ou seja, o que está implícito é que não percebe as razões históricas, mas **sabe** com base no ideário neoliberal, que “se auto excluem”, afirmando que a responsabilidade é do próprio excluído. De modo mais enfático ainda, a professora Roberta aponta que é o próprio indivíduo que se exclui, sobretudo porque não se esforça:

A exclusão... eu vou dizer pra você, a pior exclusão que pode existir. A sua própria, você se excluir, não há exclusão da sociedade, mas a pessoa se exclui. Ela, ela, a partir do momento que ela deixa de buscar, de melhorar, ela tá se excluindo. Não é a sociedade que exclui, é o próprio indivíduo que se exclui. Se ele vem e faz a matrícula, não freqüenta, não se esforça, busca, ele tá excluindo-se. (Prof^a. Roberta, grifos meus).

Assim, a fala de Roberta, além de dizer que a exclusão é de responsabilidade do próprio indivíduo¹, afirmando categoricamente que a sociedade não exclui, segue outros argumentos utilizados pelos neoliberais, que são exatamente a falta de esforço, de vontade de buscar uma condição melhor. Mesmo questionada se observava a exclusão de grupos, a lógica continua a mesma: “Há, sim, um processo de exclusão. [...] No sentido assim, que são grupos, que geralmente eles, eles se excluem sozinho. [...] Porque não há exclusão, agora o próprio indivíduo se exclui.” (Prof^a. Roberta). A mesma professora também atribui ao próprio

¹ Bauman (2003), ao analisar o individualismo da sociedade de hoje, observa que ele atinge a todos, inclusive os excluídos: “Compartilhar o estigma e a humilhação pública não faz irmãos os sofredores; antes alimenta o escárnio, o desprezo e o ódio. Uma pessoa estigmatizada pode gostar ou não de outra portadora do estigma, os indivíduos estigmatizados podem viver em paz ou em guerra entre si – mas algo que provavelmente não acontecerá é que desenvolvam respeito mútuo. ‘Os outros como eu’ significa os outros tão indignos como eu tenho repetidamente afirmado e mostrado ser; ‘parecer mais com eles’ significa ser mais indigno do que já sou.” (p. 110).

indivíduo a responsabilidade por sair dessa exclusão: “Todos podem ter as perspectivas desde que busquem, porque é, é **uma busca individual**, não é uma busca coletiva.” (Idem, grifo meu).

Apresentadas as explicações das professoras e lembrando que as professoras não citadas seguem a mesma lógica sobre a explicação da exclusão social, a questão agora é entender as razões destas explicações. Estas razões, não estão nas professoras enquanto sujeitos individuais, mas estão no contexto em que são produzidas, um contexto que não tem nada de natural, mas é produzido historicamente.

O processo de individualização não é um fenômeno recente. Seguindo Varela (2002), pode-se dizer que desde o século XVI está em curso na história um processo através do qual se procura individualizar o ser humano. Segundo a autora, a partir deste tempo o ser humano terá que “[...] converter-se em ser ‘civilizado’, em ser cada vez mais individualizado, o qual, com o passar dos séculos, se transformará no ‘átomo fictício’ de uma ‘sociedade formada por indivíduos’” (p. 80).

Ainda segundo Varela (2002), a própria escola é um espaço privilegiado de formação de indivíduos, sobretudo pela prática regular dos exames: “Os exames avaliam as aprendizagens, a formação que recebem os escolares, como também conferem a cada estudante uma natureza específica: **convertem-no em um sujeito individual**.” (p. 86, grifo meu).

As reflexões de Vêras (2002) também contribuem para entender as falas das professoras. Segundo a autora, na década de 40 e 50 do século XX predominava uma explicação naturalizada da exclusão social no Brasil, inspirada em processos de organismos vivos: devido às constantes migrações provocadas pelo processo de industrialização, supunha-se que os indivíduos estivessem passando por um período de adaptação, no qual, assim como na natureza, haveria uma seleção dos mais fortes, que ocupariam os melhores espaços, e, em consequência, os mais fracos ficariam à margem ou acabariam por desaparecer:

Como se estivéssemos em uma arena naturalizada, onde competidores teriam as mesmas chances na luta pelo espaço, os mais aptos ganhariam melhores posições nesse ambiente construído, e disso resultariam zonas segregadas, “[...] os mais pobres excluir-se-iam dos anéis urbanos e imediatamente passariam para o próximo e, gradativamente, os melhores lugares estariam ocupados pelos ‘vencedores’.” (VÉRAS, 2002, p. 28).

Ainda neste período, segundo a mesma autora, existiam explicações que apresentavam a pobreza urbana como sendo a expressão de uma cultura específica, a cultura da pobreza. Segundo esta explicação, as pessoas ainda estariam passando por um processo de

adaptação. Observa-se, pois, que tanto na primeira como na segunda explicação há uma forte influência do funcionalismo, pois em nenhum momento há um questionamento das estruturas da sociedade. Há o entendimento de que os indivíduos ou grupos ainda não conseguiram se adaptar à nova realidade: a realidade urbana.

Na década de 1960 e 1970, ainda que continuassem sendo produzidas análises funcionalistas, sobretudo vinculadas ao conservadorismo militar, surgiu uma outra explicação: uma explicação crítica que vincula a pobreza às contradições da sociedade capitalista, no caso brasileiro, ao quadro de um capitalismo produzido por uma industrialização dependente. Assim, os pobres, ao invés de serem vistos como culturalmente atrasados ou como naturalmente mais fracos ou como não-adaptados, começam a aparecer neste contexto teórico como “[...] consequência da acumulação capitalista, um exército industrial de reserva singular” (VÉRAS, 2002, p. 30). Os pobres são as vítimas de uma sociedade injusta e opressora, porque, despojados de condições mínimas de vida digna, são subcidadãos. São excluídos não porque ainda não tenham se adaptado, mas porque as relações econômicas da sociedade capitalista produzem necessariamente um grande contingente de excluídos. É a própria lógica do capitalismo que impede que todos possam usufruir dos benefícios da vida urbana. Além de significar uma outra forma de análise, há nesta explicação um profundo questionamento e crítica da explicação funcionalista, sobretudo porque ela “[...] não captava os vínculos estruturais da economia e da sociedade dependentes da América Latina” (VÉRAS, 2002, p. 31).

Na década de 1980, os estudos críticos sobre a exclusão continuaram, focando novos processos de exclusão. Motivado pelo processo de redemocratização, surgiu um debate produtivo sobre os limites e a necessidade de ampliação da cidadania e, em consequência, da ampliação dos direitos políticos, civis e sociais. São produzidas várias críticas no sentido de apontar que a questão da cidadania está cada vez mais atrelada ao consumo, o que faz com que a maioria viva como não-cidadão. Discute-se também a ocupação do espaço, seja rural ou urbano, como questão de cidadania, e esse é também o início da discussão dos grupos excluídos, como os meninos de rua, pequenos agricultores, etc.

Para Vêras (2002), é na década de 1990 que o conceito de exclusão se complexifica no Brasil, deixando de significar apenas pobreza enquanto condições precárias de vida. Sob a influência de Paugam, segundo a mesma autora, chega-se ao conceito de exclusão, entendendo-se, entre outras coisas, que ele é multidimensional, pois, além do desemprego, há outras dimensões “[...] de precariedade econômica e social, instabilidade conjugal, vida social e familiar inadequadas, baixo nível de participação nas atividades sociais

etc., em uma espiral viciosa de produção da exclusão” (VÉRAS, 2002, p. 35). Todos estes processos de exclusão são vistos como sendo o resultado das contradições da sociedade capitalista, não como provenientes ou causadas pelas vítimas: os pobres de toda espécie.

Cabe destacar também que é na década de 1990 que a retórica neoliberal é enfatizada no Brasil, caracterizando-se como um pensamento conservador em que os excluídos passam a ser vistos como uma consequência inevitável de ajustes econômicos.

Atualmente, criou-se até o neologismo “inempregáveis” para referir-se aos contingentes que, na nova ordem globalizada em que se insere o Brasil, não terão nenhuma vez, numa visão fatalística de que a chamada reestruturação produtiva dividirá os grupos entre assimiláveis (empregáveis) e largo grupo excluído. (VÉRAS, 2002, p. 43).

Este *apartheid* social é visto como natural e necessário, e contra ele não se faz nada simplesmente porque se acredita que não há o que possa ser feito. Nem as políticas públicas assistencialistas são utilizadas, porque não há necessidade de incluir o pobre nem na produção, nem na cidadania, nem no consumo: “Pretendem, sim, é segregar, confinar, em verdadeiro *apartheid* entre classes, num crescente distanciamento e incomunicabilidade, traço construído socialmente” (VÉRAS, 2002, p. 43).

Junto com esta retórica neoliberal, desenvolve-se um processo de culpabilização do excluído, ou seja, “[...] os pobres começam a desconfiar de si próprios, numa culpabilidade popular” (VÉRAS, 2002, p. 43).

Pelo que foi exposto podemos concluir que as professoras seguem a lógica neoliberal sobre a exclusão e não fazem nenhuma referência a perspectiva histórica da desigualdade, pobreza e exclusão. Destacamos que expor os elementos históricos da exclusão seria imprescindível, pois é pela história que compreendemos o processo de produção da exclusão, evitando as tendências naturalizadoras ou culpabilizadoras do excluído e do pobre, como postula a lógica neoliberal.

Referências:

- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- SCOREL, Sarah. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- KOWARICK, Lúcio. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 61-85, 2003.
- MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1989.

- VARELA, Júlia. Categorias espaço-temporais e socialização escolar: do individualismo ao narcisismo. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 73-106.
- VÉRAS, Maura. Exclusão social – um problema brasileiro de 500 anos (notas preliminares). In: SAWAIA, Bader (Org.). **Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 4. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002. p. 27-50.